

Líderes querem retirar urgência da tributária

Relator da regulamentação da reforma no Senado disse que há questionamentos sobre o que foi aprovado quarta na Câmara

/ REFORMA TRIBUTÁRIA

Senadores defenderam nesta quinta-feira que o Senado tenha mais tempo para discutir a regulamentação da reforma tributária, e definiram que o texto será votado apenas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou que o senador Eduardo Braga (MDB-AM) será mantido como relator do projeto de regulamentação - aprovado nesta quarta pela Câmara dos Deputados. Ele já exerceu a função durante a tramitação da emenda constitucional da reforma em 2023.

Braga afirmou que a aprovação da regulamentação no Senado neste ano "não é uma meta fácil", diante das eleições municipais, e disse ser unânime entre os líderes

a retirada da urgência constitucional - o que obrigaria o Senado a votar o texto em até 45 dias.

O senador afirmou que "não há nenhuma dúvida de que há alguns questionamentos do que foi aprovado" pela Câmara, mas disse que todas as questões serão "amplamente debatidas, divulgadas com antecedência, previsibilidade e transparência".

Braga não antecipou a posição dele sobre a inclusão de carnes na lista de produtos da cesta básica nacional, um dos pontos de maior divergência entre os deputados federais, mas criticou possíveis prejuízos para a Zona Franca de Manaus.

"Existem questões que estão sendo debatidas, a imprensa já levantou algumas. Várias delas foram manifestadas no colégio de líderes. Eu posso falar, como



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO/JC

Braga vê dificuldades em avanço da matéria na Casa em ano eleitoral

senador do Amazonas, que existem questões a serem discutidas para encontrarmos soluções para

a manutenção daquilo que a Zona Franca de Manaus possui, sob pena de perdermos investimentos

e empregos."

Braga também não se manifestou sobre a retirada de armas e munição da lista do imposto seletivo, mas disse que a opinião dele sobre este último item é conhecida -durante a tramitação da PEC, o senador defendeu que os itens tivessem imposto maior.

Pacheco defendeu que o debate sobre o tema seja "exaustivo". Segundo ele, o espírito do Senado será de ampliação do debate junto aos governadores, prefeitos, setores produtivos e governo federal.

"Que (o debate) possa ser exaustivo, que contemple todos os assuntos da maneira mais justa e equilibrada possível, para que cheguemos àquilo que é o objetivo principal da emenda constitucional e da própria lei, que é estabelecer o sistema tributário justo ao contribuinte."

Isenção de impostos para carnes foi confirmada

O relator da regulamentação da reforma tributária, Reginaldo Lopes (PT-MG), decidiu, nos instantes finais da votação, incluir as carnes na lista de produtos da cesta básica nacional, que terão alíquota zero. A medida foi aprovada pelo plenário por 447 votos a 3, mais duas abstenções. "Estamos acolhendo no relatório da reforma todas as proteínas: carnes, peixe, queijos e, lógico, o sal. Porque o sal é um ingrediente da culinária brasileira", anunciou Lopes no plenário da Câmara dos Deputados por volta das 21h de quarta-feira.

A decisão se deu após dias de impasse em torno do tema e evitou um risco de derrota para o presi-

dente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que atuou diretamente para tentar barrar a isenção. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das bancadas mais poderosas do Congresso, foi uma das principais defensoras da inclusão da proteína animal. Nos últimos dias, representantes da frente se reuniram diversas vezes com o presidente da Câmara na tentativa de resolver o impasse.

Ao final da votação, Lira deixou claro que a isenção das proteínas animais terá impacto na alíquota padrão dos novos tributos - a Fazenda estima o efeito em 0,53 ponto percentual, em uma alíquota estimada em 26,5%. Segundo o

presidente da Câmara, o que deu mais conforto à decisão foi a inclusão de uma trava para que essa alíquota não ultrapasse os 26,5%.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve uma vitória muito importante com o acréscimo da carne na cesta básica zerada. As propostas da Fazenda e do grupo de trabalho da Câmara não contemplavam essa inclusão. "O presidente Lula tinha feito manifestação pública de que a carne tinha de estar na cesta básica, porque, afinal de contas, o acesso à proteína animal tem de ser garantido a todos os brasileiros", disse o ministro.

Outros pontos do projeto aprovado na Câmara

Alíquota travada

Os deputados decidiram travar a alíquota em 26,5% a partir de 2033, quando acabar a transição dos tributos atuais para o IVA. Segundo o texto aprovado, se a alíquota ultrapassar o teto, o governo seria obrigado a elaborar, em conjunto com o Comitê Gestor do IBS, um projeto de lei complementar com medidas para diminuir a carga tributária.

Cashback e imposto seletivo

Medida voltada para famílias de renda até meio salário mínimo, prevê a devolução de até 100% da CBS paga nas contas de luz, água, esgoto e no gás de cozinha; além de 20% nos demais produtos. Para o IBS, redução geral de 20%.

O Imposto Seletivo incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente: cigarros, veículos em geral, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, bens minerais e jogos de azar.

Planos de saúde e turismo

O texto aprovado permite que as empresas recebam créditos tributários de planos de saúde coletivos previstos em convenção. Outra inclusão foi a de planos de saúde de animais domésticos, com alíquota reduzida em 30%. Os deputados também incluíram um mecanismo de devolução de tributos a turistas estrangeiros que comprarem produtos no Brasil e os embarcarem na bagagem.



Apresenta:

fenadoce 2024

É tempo de reconstruir

17 de julho a 4 de agosto

Centro de Eventos Fenadoce - Pelotas/RS





Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse www.fenadoce.com.br

Patrocinador Master:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
O Futuro nos une.

Patrocinadores:



banrisul

Apoio:



Sicredi

Apoio Institucional:



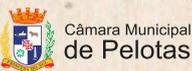
GELEI

Apoio Institucional:



ecoSUL
ecodivóvias

Apoio Institucional:



Câmara Municipal de Pelotas

Realização:



CDL Pelotas